

Painel 1 – Religião no Brasil e seus influxos na sociedade.

Paulo Agostinho Baptista – PPG em Ciências da Religião da PUC Minas
pagostin@gmail.com

Giseli do Prado Siqueira – PPG em Ciências da Religião da PUC Minas
gisiqueirasoph@gmail.com

Resumo: Não se pode pensar a realidade brasileira sem a influência religiosa. Religião, educação e política estão todo o tempo imbricadas. Desde a chegada dos portugueses, no processo de colonização, a religião se fez presente. O contexto medieval e mesmo moderno acontecem numa ambiência religiosa, católica, mas a partir de 1517 protestante também. O regime do Padroado Régio marcará a relação entre Estado e Religião (católica) até a Proclamação da República, e continuará ainda como sombra ao longo de décadas depois. Em nosso processo histórico, a religião gerará muitos influxos e vamos destacar os educacionais e políticos. E, especialmente, a partir dos anos de 1970 e 1980 veremos acontecer uma grande transição religiosa, com a queda frequente das filiações católicas e o crescimento dos pentecostais e dos sem religião com fé. Vamos elencar algumas possíveis razões que explicam esse fenômeno. Finalizamos com o destaque em influxos políticos nos anos recentes.

Palavras-chave: Religiosidade. Brasil. Sociedade. Influxos. Educação. Política

Introdução

Neste breve Painel, que busca refletir como a religião gerou influxos na vida social brasileira, não vamos utilizar a categoria religiosidade, mas nos referir à categoria “religião”, realidade bem complexa, marcada pela cultura ocidental, desconhecida em outras culturas, mas que, por razões de espaço, não será objeto de nossas discussões. Deixamos a categoria “religiosidade”, que não deixa de ser também complexa, para o uso no campo do Ensino Religioso, numa abordagem antropológica.

Vamos começar abordando uma perspectiva histórica, destacando a formação católica brasileira, desde a colonização, que já mostram os influxos políticos e educacionais da religião. Depois vamos tratar, muito brevemente, da transição religiosa no país, com a queda das filiações religiosas católicas, o crescimento dos evangélicos e também dos sem religião. Por fim, abordaremos os influxos políticos mais recentes da religião no Brasil.

1 Religião na história brasileira e seus influxos políticos e educacionais

A religião é uma construção histórico-social. E, no Brasil, foi marcada pela colonização portuguesa, de matriz católica. Isso não deixou de produzir um sincretismo com diversas

tradições, dentre elas as tradições religiosas africanas, trazidas pelos escravizados, e também com os povos originários que aqui habitavam.

Não entendemos a religião no Brasil sem o fenômeno da cristandade e o regime do Padroado Régio. Segundo Pablo Richard (1982), a cristandade se define como a relação entre a Igreja e a Sociedade, com a mediação do Estado, e teve seu início com Constantino, a partir de 313 a.C. E é nesse contexto de Cristandade Colonial que se torna compreensível o pronunciamento de Dom João III, rei de Portugal, no Regimento a Tomé de Sousa: “A principal causa que me levou a povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé Católica [...]” (HOORNAERT, 1983, p. 24).

O sistema do Padroado funcionará durante todo o período do Brasil-Colônia e do Império. Só será extinto pelo Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890, no seu art. 4º: “Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.” (BRASIL, 1890).

O Padroado foi uma concessão pelos papas, desde o século XV, época de expansão marítima portuguesa, aos reis de Portugal, para administrar os assuntos religiosos nas terras além-mar. Representava um tipo de “apadrinhamento”. Por isso, o Padroado é uma expressão máxima de Cristandade.

O rei tinha o direito de nomear bispos, párocos, arrecadar dízimos, atuar nas comunidades religiosas, construir templos, definir paróquias, locais de missão, pagar o clero, e se exigia dos padres um juramento, antes de vir para o Brasil, o que os transformava em funcionários do rei. Nenhuma correspondência partia de Roma para o Brasil ou saía do Brasil para Roma sem passar pelo controle do rei. Isso durou quase 400 anos.

A chegada de Dom João VI no Brasil, em 1808, fruto de acordo com o rei inglês Jorge III, criou uma situação diferente para a lógica do Padroado Régio. Como os portugueses precisaram da proteção inglesa para a viagem, houve um acordo que previa uma contrapartida que seria definida em Tratado. Uma das exigências da Grã-Bretanha era que houvesse liberação para a celebração religiosa de cultos pelos britânicos. O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que Portugal assinou com a Grã-Bretanha, em fevereiro de 1810, abriu esse espaço: trouxe “liberdade de Consciência, e licença para assistirem, e celebrarem o Serviço Divino em honra do Todo Poderoso Deos”, de modo a não serem molestados, perturbados ou perseguidos por causa de sua religião, desde que esse culto fosse doméstico, “dentro de seus Domínios”, e as igrejas ou capelas tivessem a aparência de uma habitação (BRASIL, 1810). Tal acordo não deixou de provocar a reação católica, até com ameaça de ex-comunhão (CUNHA, 2013). Aos poucos começam a surgir propostas desafiantes como a criação de igreja nacional, sem vínculos com Roma.

A afirmação de uma Igreja “romana” e não nacional vai sendo pensada e se tornando mais clara e efetiva a partir do Segundo Reinado (1840). Essa tendência seguirá as orientações de Roma contra o que a Igreja Católica sofria na Europa depois da Revolução Francesa e das ideias liberais. O cume dessa posição aparece com o Papa Pio IX e seu *Syllabus Errorum*, promulgado 1864, com as 80 teses contra a modernidade. E, logo depois, com o Concílio Vaticano I (1869-1870), a declaração da infalibilidade papal (1870) e a orientação contra a interferência dos governos na Igreja (regalismo), que se efetivou com a posição ultramontana (além das montanhas, além dos Alpes), ou seja, a afirmação da autoridade do pontífice contra o liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, assim como o socialismo e as ideias seculares (SANTIROCCHI, 2010, p. 24).

No Brasil, tal conflitividade se revelará na “Questão Religiosa” (1872 e 1875), que levará ao processo de “romanização”, a qual se dará pela definição de uma posição política tradicional da Igreja, assegurando seus direitos diante do avanço do positivismo e das ideias liberais. E, principalmente, pela entrada de muitas congregações religiosas europeias, que virão com objetivos claros de assumirem o trabalho missionário, atuando com as práticas devocionais, mas também investindo no trabalho com as famílias e a educação. Símbolo desse processo é o Colégio do Caraça, que desde a década de 1820 teve grande crescimento de estudantes, especialmente a partir de 1890. Boa parte da classe política mineira, e até brasileira, passou pelo Caraça.

Consolida-se, assim, a ocupação de um espaço confessional importante da Igreja nas escolas. Formarão quadros de dirigentes que serão importantes nas décadas iniciais do século XX até obter grandes conquistas nos governos, por exemplo, de Getúlio Vargas, um agnóstico. Destaca-se a autorização para o Ensino Religioso, de frequência facultativa, a partir de 1931, com o Decreto nº 19.941, de 30 de abril, que dispõe sobre a instrução religiosa nos diversos segmentos escolares, primário, secundário e normal (BRASIL, 1931).

No significativo texto “Pastoral Collectiva”, de 1915, já se insistia muito na formação das crianças, concebida como formação catequética (IGREJA CATÓLICA, 1915). Na saudação aos seus diocesanos, em 1922, Dom Antônio dos Santos Cabral, primeiro bispo da recém-criada Diocese de Belo Horizonte (1921), não deixa de saudar os “notáveis mestres das Escolas Superiores de Minas” (CABRAL, 1922, p. 32). E três anos depois, em 1925, já como arcebispo (1924), produzirá um importante documento, “A Igreja e o Ensino”: “Não nos poderíamos alheiar do movimento promissor que sacode o Estado de Minas no que tange ao grave problema da Educação e Instrução” (CABRAL, 1925, p. 3). Nessa Carta Pastoral, Dom Cabral elogia o governo de Minas pelo novo Regulamento do Ensino do Estado, dizendo que “Mercê de Deus,

a escola em Minas já não é a escola athea”. E faz referência à “permissão consignada na lei, para que se ministre o catecismo no próprio recinto escolar, encerrado o horário e respeitada a liberdade de consciência [...]” (CABRAL, 1925, p. 18).

E ainda, nesta Carta Pastoral “A Igreja e o Ensino”, Dom Cabral cria a Associação de Educação e Ensino, que poderia ser compreendida como o início da formalização do projeto educativo da arquidiocese, projeto educativo que é uma das marcas da história dos 100 anos da arquidiocese que ela comemora em 2022. Alguma coisa já se iniciara em 1922, pois duas grandes preocupações de Dom Cabral eram a educação e a comunicação. Agora, isso ganha institucionalidade na sua ação sobre a educação. Criam-se “Escolas Populares ou Parochiaes, onde serão ministradas as primeiras letras e a instrução religiosa e cívica” (CABRAL, 1925, p. 28). Até onde foi possível investigar poderíamos considerar a hipótese que essa associação incluiria as sementes, pela sua abrangência, do que mais tarde (1932) se tornaria, mais especificadamente, o Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso – DAER (BAPTISTA; GRUEN, 2022).

A defesa do Ensino Religioso encontrará guarida, logo depois, no Congresso Catequético de 1928 (3 a 7 de setembro), em Belo Horizonte. E Dom Antonio dos Santos Cabral fará duras críticas à República, dizendo em seu discurso de abertura sobre os “39 anos de república agnóstica” e de “gerações descatalizadas”. E terá apoio papal, que pode ser observado na mensagem enviada pelo Papa Pio XI: “O laicismo nas escolas é um atentado à liberdade de consciência. Não se pode trancar as escolas à religião inspiradora de bons governos” (SILVA, 2007, p. 32).

Portanto, para se compreender nosso processo histórico, relacionando religião, política e educação, é importante perceber que, no Brasil colonial, o Ensino Religioso era efetivado como cristianização, por delegação pontifícia ao poder estabelecido. Compreendido como “ensino de religião”, sua efetivação era questão de cumprimento dos acordos estabelecidos entre a Igreja Católica e o monarca de Portugal, em decorrência do Regime de Padroado (SIQUEIRA, 2012).

A estruturação educacional do país, iniciada pelos missionários jesuítas, franciscanos e outros religiosos, atendia a esses interesses coloniais, e a chamada “instrução religiosa” era, e não podia deixar de ser nesse contexto, de índole confessional católica, como ficava evidente pelo conteúdo doutrinário de sua programação e a prática religiosa proposta. Seu caráter propriamente educativo pedia para a formação moral. O que pode ser reconhecido como Ensino Religioso Confessional. No caminho percorrido pelo Ensino Religioso deve-se destacar, inicialmente, que esta nomenclatura também é resultado de um processo histórico, de

associação entre ensino e religião (SIQUEIRA, 2012). Uma das explicações plausíveis foi apresentada por Wolfgang Gruen (2004), no verbete Ensino Religioso, elaborado para um Dicionário de Catequética:

No séc. XVIII ocorre um desdobramento de especial interesse para nós: em 1774, no âmbito de uma ampla reforma do ensino, obra do Pe. Johann von Felbiger, a imperatriz Maria Teresa, da Áustria, prescreveu 6 anos de ensino fundamental para todas as crianças, e nele, como conteúdo curricular, o *estudo do catecismo*, já em uso nas escolas, mas só como texto de leitura. Outros países seguiram o exemplo. Para compreender essa inovação, é preciso vê-la em seu contexto. O desenvolvimento do comércio e da indústria exigia nova forma de Estado: centralizado, consolidado pela distribuição de poderes na base não mais de privilégios (em favor de corporações ou da Igreja) e sim de instituições. Ao mesmo tempo, com o Iluminismo, amadurece a passagem da cultura europeia de feitiço eclesiástico, teológico, para uma cultura emancipada, ávida de saber, de ordem e progresso, agressiva contra todo tipo de ignorância, intolerância, infantilização de adultos. O Estado foi açambarcando os serviços básicos da sociedade, inclusive o controle da religião. Desde a Paz de Vestfália (1648), cada região determinava qual a sua religião oficial, submetida ao Estado. Na Áustria, católica, aos olhos de muitos, o ER obrigatório na escola parecia valorizar a religião e dar boa chance de ensinar o catecismo a todas as crianças. Em tempos de cristandade, é compreensível que o estudo do catecismo fosse considerado catequese: família e sociedade proporcionavam o cultivo informal, ambiental, da fé; o ensino da doutrina cristã servia-lhe de complementação nocional. Mais formativo que o catecismo em si, era o fato de frequentá-lo: constituía-se importante símbolo de pertença eclesial. (GRUEN, 2004, p. 413).

Em outras palavras, o Ensino Religioso torna-se escolar no currículo da Áustria, visando o estudo do catecismo. Há uma associação direta entre ensino e religião, predominantemente a religião cristã católica. Gruen (2004) destaca que a permanência ao modelo de Felbiger se deve à presença religiosa na sociedade, reafirmada pela concretude de símbolos e pelo ambiente global para educar a criança na fé. Gruen reconhece os desafios de aceitação do Ensino Religioso em outras localidades da Europa, e que na França esse modelo teve resistência: “o ministro da educação, Jules Ferry, em nome da laicidade do Estado, retirou o ER da escola oficial (1882); em seu lugar colocou Moral e Educação Cívica.” (GRUEN, 2013, p. 129).

Essas concepções também podem ser percebidas, numa leitura de aportes filosóficos e jurídicos, no Brasil Imperial, mesmo que ainda perpetuasse o Regime do Padroado como concessão, mas quando já era visível seu enfraquecimento. É também perceptível que o pensamento de Ferdinand Buisson influenciou “os escritos e as atividades de figuras da elite intelectual brasileira, especialmente Rui Barbosa e Menezes Vieira.” (BASTOS, 2013, p. 231). E, posteriormente, até o movimento reformador proposto pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que clamará por uma educação voltada para todos.

É possível afirmar que desde a década de 1930, e nas Constituições sucessivas de 1946, 1967, 1969 e 1988, homologou-se a dupla garantia legal do Ensino Religioso. Em primeira instância, garantiu-se a permanência e a oferta da disciplina no espaço escolar, e em segunda

instância, assegurou a liberdade de fazer ou não a matrícula na disciplina, afirmando que a plena liberdade religiosa também se constitui em dizer não. E essa compreensão perdurará até os dias atuais. (SIQUEIRA, 2012; BAPTISTA; SIQUEIRA, 2020).

2 A transição religiosa no Brasil: breves considerações

A transição religiosa no Brasil acontecerá de forma lenta, especialmente a partir dos anos de 1970 e 1980. Certamente, os dados dos primeiros censos não podem ser considerados como representação da realidade brasileira, pois além das dificuldades de acesso às diversas localidades, especialmente do interior, o ambiente de resistência a quem não era católico era forte. E não se pode desconsiderar que muitos fiéis de tradições africanas, por medo e perseguição, se perguntados responderiam que eram católicos. Apesar desta imprecisão, os números nos levam a pensar e, numa linha do tempo, perceber as mudanças ao longo das décadas.

A Tabela 1 mostra os dados dos Censos Brasileiros do IBGE de 1872 a 2010:

Tabela 1 – A Religião nos Censos Brasileiros do IBGE

Religiões nos Censos Demográficos Brasileiros											
Paulo Agostinho Nogueira Baptista – PPG em Ciências da Religião da PUC Minas, 2019. Linha de Pesquisa: “Religião, Política e Educação” – Grupo de Pesquisa: REDECLID BAPTISTA, Paulo Agostinho N. <i>Religiões nos Censos Demográficos Brasileiros</i> . 2019. Disponível em: https://www.scribd.com/document/609242543/Religoes-Nos-Censos-Demograficos-Brasileiros-Do-IBGE . Acesso em: 10 jul. 2022. (1ª. versão em 2012).											
CENSO	POPULAÇÃO	CATÓLICA (romana)	PROTESTANTE			OUTRAS RELIGIÕES	SEM RELIGIÃO	Sem declarar s/d	Espirita	Islã	Budismo
			De Missão	Pentecostais	Não determinada						
1872	9.930.478	9.902.712 99,7 %	Não apurou (N/A)					(N/A)			
1890	14.333.915	14.179.615 98,9 %		143.743 1,00%		3.300 0,02%	7.257 0,05%	(N/A)	(N/A)	300 0,002%	(N/A)
1900	17.438.434	16.572.671 (89,3%)		177.727 1,02%		15.023 0,08%	861.570 (religião ignorada) = 4,9%			123	(N/A)
1910 #	23.414.177 (estimativa)										
1920	30.635.605	(N/A)	(N/A)					(N/A)			
1930 #	37.400.00 (estimativa)										
1940	41.236.315	39.177.880 95%		1.074.857 2,6%		794.274 1,9%	189.304 0,46%	101.974 0,24%	463.400 1,1%	3.053 0,007%	123.353 0,3%
1950	51.944.397	48.558.854 93,5%		1.741.430 3,3%		1.232.071 2,3%	274.236 0,53%	157.806 0,3%	824.553 1,6%	3.454 0,006%	152.572 0,3%
1960	70.992.343 (70.191.370) ⚡	65.329.520 92%		2.824.775 4%		1.648.949 2,3%	353.607 0,5%	34.519 0,05%	977.561 1,4%	7.745 0,011%	179.464 0,25%
1970	94.508.583 (93.134.846) ⚡	85.472.022 90,4%		4.814.728 5,1%		2.133.040 2,3%	701.701 0,7%	13.355 0,014%	1.178.293 1,2%	(N/A)	(N/A)
1980	121.150.573 (119.011.052) ⚡	105.861.113 87,4 %	7.885.846 = 6,5%			3.011.311 2,5 %	1.953.096 1,6 %	299.686 0,25%	859.516 0,7% 0,16% 678.714 *	(N/A)	Orientais 257.006 0,21%
1991	146.917.459 (146.815.799) ⚡	121.812.760 82,9 %	13.189.284 = 9%			4.271.509 2,9 %	6.946.244 4,7%	596.002 0,4% s/d + Indeterm.	1.644.345 1,1% 648.474 * 0,44%	(N/A)	Orientais 368.578 0,25%
2000	169.590.633 (169.872.856) ⚡	124.980.132 73,7 %	26.184.941 = 15,4%			5.483.779 3,2 %	12.492.403 7,4%	383.953 0,22% s/d + 357.648 0,21% Indet.	2.262.401 1,3% 525.013 * 0,31%	27.239 ? 0,016%	Orientais 376.690-0,22% Budismo 214.873-0,12%
2010	190.755.799 (190.732.694) ⚡	123.280.172 64,6 %	42.275.440 = 22,1 %			9.221.079 4,8 %	15.335.510 8,0 % Aten 615.096-0,32%	Indeterm. 643.598 0,33%	3.848.876 2% 588.797 ? 0,30%	35.167 ? 0,018%	Orientais 415.267-0,22% Budismo 243.966-0,13%

Não houve censo * Afro-brasileira (Umbanda, Candomblé...). ⚡ População residente corrigida pelo IBGE.
Fonte: IBGE. Censo Demográfico. Biblioteca/Catálogo – 1872 a 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo/>>. Acesso em 15 ago. 2019.

Há inúmeras razões que justificarão essa transição que não poderão ser analisadas neste painel. Vamos elencar, em forma de tópicos, algumas delas que consideramos as mais significativas, que poderão se debatidas no espaço para perguntas deste painel:

- o conflito católico com a ditadura e o apoio militar a alguns grupos protestantes, como os presbiterianos;
- o êxodo rural entre o final dos anos de 1960 e o final dos anos de 1980, com todas implicações de uma inversão da população para a área urbana;
- a emergência do neoliberalismo e de políticas conservadoras (Thatcher, Reagan...), fechamento de sindicatos, e ainda os fenômenos como a Trilateral e a Globalização, com suas implicações econômicas, políticas, sociais e religiosas;
- a crise econômica e suas implicações sociais, como o desemprego, moradores de rua, inflação, mas também políticas;
- fim da ditadura militar e a luta pela redemocratização e por uma nova constituição;
- a Constituinte a partir do final da ditadura fez com que os protestantes ou evangélicos ocupassem o cenário político, superando a visão que a religião deveria ficar na igreja ou na sacristia;
- o surgimento e crescimento de muitos grupos pentecostais e neopentecostais (entre católicos, a Renovação Carismática), com a teologia da prosperidade e teologia do domínio, inspirados no fenômeno americano, como o televangelismo, que lotava estádios e espaços públicos;
- a eleição de João Paulo II e combate à Teologia da Libertação e às CEBs;
- a ausência católica nos espaços de periferia e o longo processo de formação de seus funcionários religiosos, ao contrário dos evangélicos, com breve e rápida formação, ocupando os espaços periféricos da cidade e da metrópole, com pequenas igrejas;
- o uso religioso no rádio e TV;
- o contexto pós-moderno: fluido, pequenas narrativas, bandeiras subjetivas, do corpo;
- crescimento das mídias;
- surgimento de novas “classes sociais” (A ralé brasileira: quem é e como vive (2009) e Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? (2012) de Jessé Souza). Tal classe tem nova disciplina de vida, motivação, principalmente sobre o papel da família, os sinais da prosperidade, dentre outros, como a busca de explicação para os vícios, o desemprego, a violência, a miséria. Mais do que a explicação econômica, como a emergência do neoliberalismo, a pregação da ação do demônio é muito mais plausível para boa parte da população. E a teologia da prosperidade atende a essa demanda explicativa e compreensiva.

Como se pode observar, há um conjunto de fatores, e não foram elencados todos, que contribuirão para que a queda de católicos, ao longo das décadas, continuasse, assim como o crescimento do protestantismo, especialmente os pentecostais e neopentecostais, mas também dos sem religião, os quais têm fé, mas não são institucionalizados.

As consequências dessa transição, que não teremos condições de tratar, aparecem nas eleições da extrema direita em 2018 e a trágica destruição de tudo que foi construído em termos de políticas públicas a partir de 2003. A morte de quase 700.000 pessoas pela Covid-19 oferece um retrato do que foi esse governo. E vemos agora as dificuldades para mudar esse quadro nas eleições de 2022.

3 Ainda sobre os Influxos da religião na sociedade brasileira

Brevemente, queremos apresentar alguns elementos que mostram ainda outros aspectos do influxo da religião na sociedade brasileira, particularmente na política.

Em 31 de março/01 de abril de 1964 começa outra história brasileira, de fechamento e asfixia das liberdades democráticas: um golpe de estado dos militares, com apoio civil, que se estenderá por 21 anos, até março de 1985. A Igreja fica dividida. Uma parte apoia o golpe e até ajudou na sua preparação (Cruzada pelo Rosário em Família e vinda do Pe. Peyton, em 1963) e a outra sofre a perseguição (JEC, JOC, JUC, MEB). A nota da CNBB sobre a situação política, em 29 de maio de 1964, expressa a divisão presente na Igreja: por um lado, louva os militares que “nos salvaram do abismo iminente”, por outro, protesta contra a perseguição de bispos, padres e leigos, acusados de comunistas (ALVES, 1979, p. 184).

Em 12 de março de 1964, Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro e secretário geral da CNBB até esse ano, é transferido para São Luiz (Maranhão), numa tentativa de isolamento, mas acaba assumindo a arquidiocese de Recife com o falecimento do arcebispo dessa cidade. Projeta-se nacional e internacionalmente em defesa dos direitos humanos.

Também em março de 1964, houve em Petrópolis importante reunião de diversos teólogos, dentre eles Juan Luis Segundo, Lucio Gera e Gustavo Gutierrez. Um passo no processo de criação do que se tornaria uma “teologia latino-americana”. O texto apresentado por Segundo é provocativo – “Pastoral latino-americana: hora da decisão” – refletindo sobre a importância e a urgência de se pensar a pastoral a partir das mudanças na América Latina (ANDRADE, 1991, p. 33-34).

Em outro evento significativo, entre os dias 24 de agosto a 06 de setembro de 1968, acontece em Medellín (Colômbia) a 2ª. Conferência do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM). Após três anos da conclusão do Vaticano II se pretendeu “aplicar” o concílio para a

realidade latino-americana. O título da conferência: “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”. Porém, os bispos inverteram o processo e, na realidade, produziram uma reflexão sobre “A Igreja e o Concílio à luz da transformação latino-americana”. Nova face da Igreja latino-americana se mostrava, recepcionando de forma criativa o Vaticano II.

Dias antes da conferência, em julho de 1968, no Peru, Gustavo Gutierrez faria uma palestra com o título “Para uma teologia da libertação”. Encontra-se ali “salto qualitativo e ruptura explícita entre uma visão do mundo ligada a uma prática ‘desenvolvimentista’ e outra, ligada a uma prática de ‘libertação’.” (RICHARD, 1982, p. 186-187).

Nesse mesmo ano de 1968 aconteciam os eventos juvenis que ficaram conhecidos como “maio de 1968”. No caso brasileiro, o processo começou antes, em março de 1968, com a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima, no Rio de Janeiro. A ditadura recrudescia e em 13 de dezembro edita o Ato Institucional n. 5, que suspendia as garantias constitucionais e ampliava o arbítrio presidencial, com o fechamento do Congresso Nacional.

Essas breves referências históricas, que não são um inventário, pois há muito para ser dito dessa década – mudança nos costumes, na música, na política, na economia, na tecnologia etc. – mostram apenas alguns aspectos do contexto do surgimento de uma nova maneira de pensar e agir na relação entre religião e política na América Latina. A partir do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e da militância de cristãos e lideranças religiosas surgia uma nova teologia.

A Teologia da Libertação – TdL surgiu na América Latina, a partir dos anos de 1960, num contexto de opressão, de luta contra as formas de dependência, de colonização, fazendo emergir a voz de quem não a tinha ou não podia se manifestar. Num dos primeiros textos da TdL, Gustavo Gutiérrez (1968, p. 3 e 5), entre 21 e 25 de julho no Peru, dizia que “a libertação significa [...] que sentido tem a obra terrestre [...] que relação há entre a construção do mundo e a salvação. [...] o homem é agente da história. [...] A história é a história da emancipação humana.” Mas antes de ser teologia acadêmica, ela é práxis libertadora, nascida ecumenicamente, em grupos e movimentos de libertação como o Movimento de Educação de Base – MEC, a Ação Católica Especializada (JUC, JEC e JOC), a União Cristã dos Estudantes do Brasil – UCEB, da Federação Universal dos Movimentos Estudantis Cristãos – FUMEC (protestante). as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, e diversos outros movimentos.

A militância propiciada pela TdL faz surgir movimentos nas cidades e no campo, mostrando profundas e importantes implicações para a relação religião e política. Assim, nesse período, surge o Conselho Indigenista Missionário (1972), ligado à CNBB, defendendo a causa

indígena; a Comissão Pastoral da Terra (1975), também com ligação com a CNBB e outras igrejas; o MST (1980), a Pastoral do Povo da Rua (1987) e tantos outros grupos, pastorais e movimentos, abrangendo o campo religioso, político, sindical, coletivos de mulheres, negros e outros.

Pode-se destacar a dinamização do movimento sindical, com inúmeras greves, gerando o surgimento de uma formação de uma das mais importantes instituições partidária: o Partido dos Trabalhadores - PT (1980), além de tantas outras organizações e implicações na luta pela libertação e a democracia.

Também em nossa história recente há um amplo contexto e significativos momentos, eventos e fenômenos históricos, que afetam a relação entre religião e política, de modo especial a ação e reação *da e sobre* a TdL. Na limitação desse espaço, seria impossível fazer referência a esses ricos eventos e fatos históricos.

Conclusão

Vimos neste breve Painel que a história da sociedade brasileira é marcada, em muitos aspectos, pelo influxo da religião, e não vimos todos. Destacamos mais os aspectos educacionais e políticos. Mesmo que nesse processo tenha havido maior influência católica, percebe-se a partir dos anos de 1970 e 1980 a queda nas filiações católicas, crescimento protestantes, especialmente de natureza pentecostal, bem como do crescimento dos sem religião. As implicações dessa transição religiosa, que não foi possível abordar, aparecem nas eleições da extrema-direita em 2018, com trágicas consequências nesses quatro anos, e nas dificuldades para mudar esse quadro nas eleições de 2022.

Referências

ALVES, Márcio. M. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDRADE, Paulo. F. C. de. **Fé e eficácia**: o uso da sociologia na teologia da libertação. São Paulo: Loyola, 1991.

BAPTISTA, Paulo Agostinho N.; SIQUEIRA, Giseli do Prado. Ensino Religioso na escola pública brasileira e a questão da laicidade. **HORIZONTE** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 18, n. 55, p. 33, 30 abr. 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/23832>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BAPTISTA, Paulo Agostinho N. **Religiões nos Censos Demográficos Brasileiros**. 2022. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/609242543/Religioes-Nos-Censos-Demograficos-Brasileiros-Do-IBGE>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BAPTISTA, Paulo Agostinho N.; GRUEN, Wolfgang. O Ensino Religioso e o Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso (DAER) na Arquidiocese de Belo Horizonte: história e horizontes. In: BOSHI, Caio C.; PINHEIRO, Luiz Antonio. **A Arquidiocese de Belo Horizonte e o mundo da Cultura e da Educação**. V. 7. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2022. p. 189-215.

BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. Método intuitivo e lições de coisas por Ferdinand Buisson. **História e Educação** (online). Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 231-253, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592013000100013. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 119A**, de 07 de janeiro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 19.941**, de 30 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 dez 2022.

CABRAL, D. A. dos S. **A Igreja e o ensino**. Carta Pastoral de Dom Antonio dos Santos Cabral, 1º Arcebispo de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Imprensa Diocesana, 1925.

CABRAL, D. A. dos S. **Carta Pastoral de Dom Antonio dos Santos Cabral, 1º Bispo de Belo Horizonte, Saudando os seus diocesanos**. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro & Cia, 1922.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e religiões**: a descolonização religiosa da Escola Pública. Belo Horizonte. Mazza Edições, 2013.

GRUEN, Wolfgang. Ensino Religioso em movimento. In: BOEING, Antonio e ILTOZ, Sonia de (org.). **O Ensino Religioso no Projeto Pedagógico Pastoral Salesiano II**. Brasília: Rede Salesiana de Escolas, 2013. p. 125 a 147. (Capítulo VI)

GRUEN, Wolfgang. Ensino Religioso Escolar – verbete. In: PEDROSA, W. M. *et al.* **Dicionário de catequética**. São Paulo, Paulus, 2004. p. 411-421.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Hacia una Teología de la Liberación. II Encuentro de Sacerdotes y Laicos en Chimbote, Perú, 21 y el 25 de julio, 1968. **Teoria, crítica e história**. Teología de la Liberación y contexto literario. Disponível em: <http://www.ensayistas.org/critica/liberacion/TL/documentos/gutierrez.htm>. Acesso em: 12 dez. 2022.

HOORNAERT, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época. 3 ed. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Paulinas, 19i83.

IGREJA Católica. **Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, S. Paulo, Cuyabá e Porto Alegre**: comunicando ao clero e aos fieis o resultado das Conferencias Episcopaes realizadas

na cidade de Nova Friburgo de 12 a 17 de Janeiro de 1915. Rio de Janeiro: Typografia Martins de Araújo & Cia, 1915.

RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades**: revista discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 2, n. 2, ago./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5387>. Acesso em 15 dez. 2022.

SILVA, A. F. da. **Idas e vindas do Ensino Religioso em Minas Gerais**: a legislação e as contribuições de Wolfgang Gruen. Belo Horizonte: Segrac, 2007.

SIQUEIRA, Giseli do Prado. **O Ensino Religioso nas escolas públicas do Brasil**: implicações epistemológicas em um discurso conflitivo, entre a laicidade e a confessionalidade num estado republicano. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TRATADO de Amizade, commercio, e navegação entre sua alteza real o principe regente de Portugal e sua magestade britannica. Atribuído no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1810. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7405>. Acesso em: 15 dez. 2022.